

TIAGO RAFAEL COSMO

DINÂMICA DO CRÉDITO RURAL VOLTADA À PECUÁRIA PARANAENSE

CURITIBA

2011

TIAGO RAFAEL COSMO

DINÂMICA DO CRÉDITO RURAL VOLTADA À PECUÁRIA PARANAENSE

Trabalho apresentado para obtenção do título de MBA em Gestão do Agronegócio do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Melissa Watanabe

CURITIBA

2011

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVO GERAL	8
3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4. MARCO TEÓRICO.....	8
i. Política de crédito Rural	8
ii. Política de crédito voltada para a pecuária	13
5. METODOLOGIA	19
6. RESULTADOS.....	20
7. CONCLUSÃO	29
8. REFERÊNCIAS	30

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. PARTICIPAÇÃO DOS VALORES DISPONIBILIZADOS E DO NÚMERO DE CONTRATOS EM RELAÇÃO AO TOTAL, DE ACORDO COM A FINALIDADE E ATIVIDADE, EM PORCENTAGEM, DE SUBPERÍODOS PRÉ-ESTABELECIDOS, DE 1969 A 2010	13
--	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO CRÉDITO RURAL, EM VALORES REAIS DE R\$ BILHÕES, A PARTIR DE 1969 ATÉ 2010.	10
FIGURA 2. FINALIDADE DE APLICAÇÃO DO VOLUME TOTAL DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS PARA A PRODUÇÃO ANIMAL, EM VALORES REAIS DE R\$ BILHÕES, A PARTIR DE 1999.	17
FIGURA 3. FINALIDADE DE APLICAÇÃO DO VOLUME DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS PARA A PECUÁRIA PARANAENSE, EM VALORES REAIS DE R\$ MILHÕES, A PARTIR DE 1994.	18
FIGURA 4. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP), EM VALORES REAIS DE R\$ BILHÕES, DE ACORDO COM A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA REALIZADA NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DE 1997 ATÉ 2010.	21
FIGURA 5. DINÂMICA DOS ABATES INSPECIONADOS, EM BILHÕES DE CABEÇAS, E DO CRÉDITO RURAL DESTINADO À AVICULTURA, EM R\$ MILHÕES, NO ESTADO DO PARANÁ, DE 1999 A 2010.	23
FIGURA 6. DINÂMICA DA PRODUÇÃO TOTAL DAS CARÇAÇAS DE SUÍNOS, EM MILHARES DE TONELADAS, E VOLUME DE CRÉDITO RURAL DESTINADO DIRETAMENTE PARA A SUINOCULTURA, EM R\$ MILHÕES, NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DO ANO DE 1999.	24
FIGURA 7. DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE CASULOS VERDES, EM TONELADAS, DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA SERICICULTURA, EM R\$ MILHÕES, E DO VOLUME DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL VOLTADA A ESTA ATIVIDADE, EM R\$ MILHÕES, NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DE 1999.	25
FIGURA 8. DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE LEITE, EM MILHÕES DE LITROS, E DO VOLUME DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL VOLTADA A BOVINOCULTURA LEITEIRA, EM R\$ MILHÕES, NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DE 1999.	26
FIGURA 9. DINÂMICA DO ABATE INSPECIONADO, EM MILHARES DE CABEÇAS, E DO VOLUME DE RECURSOS DO CRÉDITO RURAL VOLTADA A BOVINOCULTURA DE CORTE, EM R\$ MILHÕES, NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DE 1999.	28

1. INTRODUÇÃO

A profunda transformação tecnológica ocorrida na agropecuária a partir da década de 80 propiciou o desenvolvimento industrial do segmento agrícola e pecuário. Atualmente, constantes inovações e aprimoramentos fazem o agronegócio brasileiro o setor chave da economia brasileira, responsável pela geração de empregos, pela oferta interna de alimentos e matérias-primas e pela contribuição no equilíbrio das contas externas brasileiras (MENDES, 2007).

Em 2010, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), o agronegócio expandiu 5,47% baseado na valorização das *commodities* agrícolas, no aumento de abates de bovinos, aves e suínos e pela maior demanda dos países emergentes em produtos agropecuários após crise financeira internacional. O maior desempenho observado foi na agricultura, com crescimento de 5,82% frente a 4,64% da pecuária.

Com grande representatividade no agronegócio brasileiro, o estado do Paraná apresenta um setor agropecuário diversificado, desde a produção em larga escala de grãos, a criação de aves, suínos e bovinos até a pequena propriedade familiar no cultivo orgânico. Em 2010, a agricultura foi responsável por 52% do Valor Bruto da Produção (VBP). Na pecuária, em expansão desde o início da pesquisa no ano de 1997, houve um incremento de 9% em relação a 2009, correspondendo a 41% do VBP de 2010. Por último, o setor florestal acrescentou 7% no VBP (SEAB, 2011).

Quanto a pecuária paranaense, o estado conta com grande rebanho de bovinos, tanto para a exploração da carne quanto para o leite. Além disso, é um dos principais criadores de suínos e aves do país, sendo responsável por grande parte da produção voltada para a exportação. A avicultura é a principal atividade pecuária e está praticamente em todas as regiões devido a produção de grãos como fonte de alimento para as aves. Ainda, o estado se destaca na produção de ovos, de casulos do bicho da seda, pescados e mel (SEAB, 2011).

Para que o agronegócio chegasse a esta relevância, a atuação do Estado foi fundamental para as transformações tecnológicas, sociais e estruturais. Através de políticas públicas, o Estado criou condições e meios para promover a reprodução do capital no agronegócio. O principal mecanismo de política agrícola foi o Sistema

Nacional de Crédito Rural – SNCR, criado pela Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, com o objetivo de prover o setor agrícola com recursos externos para financiar o custo operacional, investimento e comercialização, estimular o processo de formação de capital na agricultura, acelerar a adoção de tecnologia e fortalecer a posição econômica dos produtores (CASTRO, 2008).

A política de crédito rural teve seu auge na década de 70, logo após sua criação, quando chegou a ser disponibilizado volume de recursos equivalente ao Valor Bruto da Produção. Na década de 80, devido ao maior rigor fiscal nas finanças públicas, o volume de crédito diminuiu, mas não afetou a oferta agropecuária. Na década de 90, novas medidas foram tomadas, principalmente na busca de novas fontes de financiamento, e o volume de crédito disponibilizado voltou a crescer (CASTRO, 2008). A partir dos anos 2000, o volume e os contratos de crédito aumentaram e diversificaram em novas atividades, principalmente na produção animal. Produtores de diversas magnitudes passaram a ter acesso ao crédito, principalmente pela participação de novas instituições na concessão.

No Paraná, o financiamento envolve desde instituições tradicionais até formas de organização que permitem atender grupos de produtores normalmente fora do sistema de crédito. Sistema bancário e grandes cooperativas de produção e de crédito são as instituições tradicionais atuantes no estado. Porém, cresce a participação dos sistemas alternativos, como cooperativas de crédito solidário (CRESOL), Fundos de Aval Municipais e Indústrias Processadoras e de Insumos (GASQUES *et al.*, 2004).

De acordo com diversas teorias econômicas, sabe-se que os instrumentos financeiros são elementos determinantes para o crescimento econômico, pois proporcionam maior eficiência alocativa de recursos, ganhos de produtividade, acumulação de capital e inovação tecnológica (VANCONCELOS & GARCIA, 2004). Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica do crédito rural voltado para a pecuária paranaense, principalmente quanto ao aspecto de política propulsora da expansão da atividade pecuária no estado.

2. OBJETIVO GERAL

Verificar a dinâmica da política creditícia rural voltada para a pecuária, com ênfase ao estado do Paraná.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever sobre a evolução da política de crédito rural no Brasil e as suas principais ações voltadas para o desenvolvimento do agronegócio.

Verificar a política de crédito rural no Brasil e no Paraná para a pecuária, quanto a finalidade e as atividades fomentadas.

Analisar as principais relações existentes entre o volume de crédito voltado para a pecuária paranaense e o desempenho desta atividade.

4. MARCO TEÓRICO

i. Política de crédito Rural

Na literatura brasileira, há relatos que o fornecimento de crédito rural teve início na década de 1930, através do Banco do Brasil pela criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, com o fornecimento de recursos para algumas atividades agrícolas e para a realização de investimentos em infraestrutura, principalmente rodoviária, como medida de expansão da fronteira agrícola. Muitos recursos por parte do setor público até a década de 60 foram destinados para o setor industrial, principalmente devido ao processo de substituição das importações, como medida de desenvolvimento do país. Nesta época, a política de crédito agrícola sofreu grandes flutuações de volume de recursos e ações, não concretizando como uma política de estímulo ao crescimento econômico com investimentos de longo prazo (CASTRO, 2008).

Na década de 60, com a crise de provisão de alimentos, começa a haver um interesse maior em se estabelecer uma política agrícola e creditícia mais consistente (SPOLADOR, 2001). Com o intuito de estimular os investimentos na agricultura, de custear parte da produção, fortalecer a situação financeira dos

produtores e a adoção de tecnologia moderna no setor rural foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no dia 5 de novembro de 1965 através da Lei 4.829, com regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e controle do Banco Central do Brasil.

Como resultado, observou aumento no volume de crédito concedido, bem como aumento das instituições fornecedoras de empréstimos. Além disso, segundo Tandler (1969), até 1964, a participação do setor rural no crédito total ofertado para investimentos era menor que sua participação no PIB, correspondendo a aproximadamente 29%. Com a implantação do SNCR, já em 1966 a participação do segmento agropecuário no crédito total era de 53,3% chegando a 71% em 1968.

Na década de 70, com a ocorrência de crises internacionais, de processo inflacionário e de desequilíbrio na balança de pagamentos, o sistema de crédito rural tornou-se ineficiente. Primeiramente, o número de produtores que obtinham o crédito foi reduzido e somente para grandes proprietários, agravando a questão de concentração de renda e de terras em poder de poucos. A finalidade de comercialização foi a que recebeu maiores recursos, ultrapassando a modalidade de investimento, a qual até então era a que recebia maiores recursos. Além disso, a eficiência do sistema ficou comprometida, já que nem sempre os recursos eram convertidos em aumento da produção e produtividade ou incorporação de novas tecnologias (SAYAD, 1978).

De acordo com o Censo Agropecuário de 1970, 88,5% das propriedades rurais não possuíam crédito rural e cinco anos depois, em 1975, esta porcentagem passou para 85,6%. Aliado a este fato, 50% do volume de recursos estavam distribuídos em apenas 3% dos contratos, no caso da agricultura, e dos 50% dos recursos destinados para a pecuária em 4% dos contratos, demonstrando a ineficiência da política como estimuladora e modernizadora de toda a atividade agropecuária (GUEDES PINTO, 1981). Aliado a este fato, cerca de três quartos do crédito agrícola estavam concentrados em sete culturas: café, algodão, cana-de-açúcar, arroz, milho, trigo e soja, culturas estas desenvolvidas por médios e grandes estabelecimentos agropecuários modernos. Também, aproximadamente 73% do volume do crédito institucional estavam em 5 estados, principalmente da região sul e sudeste, devido ao desenvolvimento do sistema financeiro, facilitando o acesso ao crédito, o que não era visto nas regiões norte e nordeste (ARAÚJO, 1983). Segundo

o mesmo autor, como medida de desconcentração do crédito, no final da década de 70 o Banco Central determinou que 25% do crédito fosse destinado a mini e pequenos produtores rurais, conforme o valor da produção.

A crise fiscal na década de 80 tornou o Estado incapaz de fomentar recursos a atividade agropecuária. Com o aumento da dívida do país, houve a necessidade de reestruturação dos gastos do governo, inviabilizando a atuação de políticas creditícias voltadas para o setor rural no porte observado no início do sistema. De 1980 até meados de 1995, o volume de recursos variou muito, principalmente pela reestruturação dos gastos públicos e do processo inflacionário, conforme mostra a Figura 1. A participação do Tesouro Nacional no financiamento rural decresceu de 65% em 1985 para 25% em 1992 (OLIVEIRA, 1995). Como medidas para compensar a redução do Tesouro e manter o nível de crédito disponibilizado, foram criados a Poupança Rural, os Fundos Constitucionais, Fundos de *commodities*, a “63 Rural” e os Recursos Extramercado.

Apesar da redução de recursos financeiros, segundo Melo (1998), a agricultura teve um desempenho satisfatório no período, principalmente pelo aumento da produção de grãos propiciada pelos ganhos de produtividade da incorporação de novas e mais eficientes técnicas de produção, melhor capacitação técnica e criação de instituições de pesquisas, como a Embrapa.

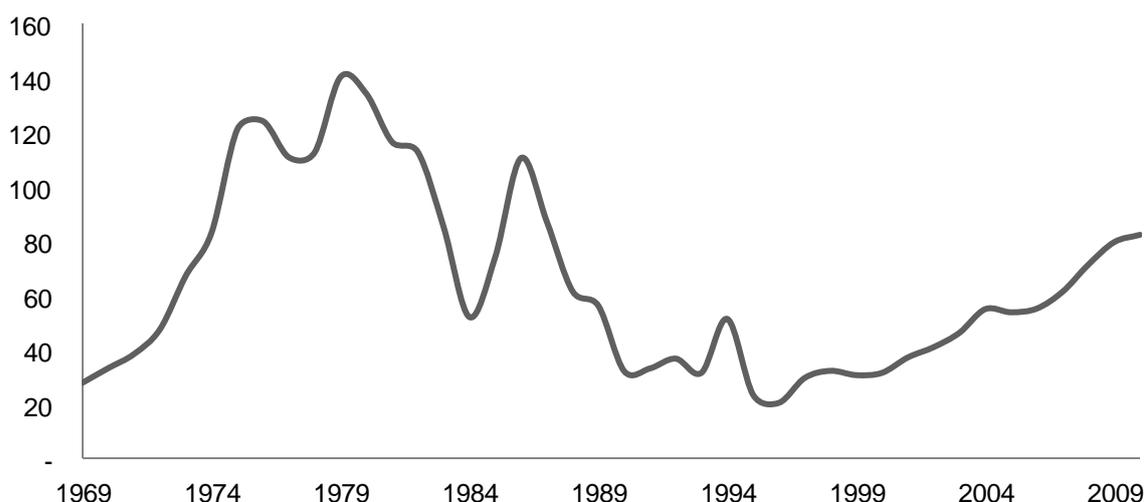


Figura 1. Evolução dos recursos do crédito rural, em valores reais de R\$ bilhões, a partir de 1969 até 2010.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2011). Elaboração própria do autor.

Grandes transformações foram observadas no cenário econômico brasileiro na década de 90. Desde a intensificação da abertura de mercado, controle inflacionário até o sistema de câmbio flutuante. Gasques *et al.* (2000) atribuem as novas formas de atuação do governo à política fiscal, o esforço de modernização do Estado e o controle dos gastos públicos. Desta maneira, o governo reduziu gradativamente a participação no financiamento de atividades produtivas, pela drástica redução dos recursos advindos do Tesouro Nacional, passando à função de agente regulador e estimulador, porém o Banco do Brasil continuou sendo a principal instituição fornecedora de crédito.

Nesta década ainda, novas fontes e alternativas de custeio e comercialização da safra foram adotadas. A criação da CPR (Cédula do Produto Rural) auxiliou na venda antecipada, à vista, de parte da produção, com a finalidade de obter recursos para custear o plantio e se precaver de incertezas de comercialização, principalmente de soja e café. O BNDES aumentou a participação na oferta de crédito rural formal, em linhas de financiamento especiais, como o FINAME-Rural, alocados para investimentos no setor. O PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi fundamental para reorientar a distribuição dos recursos de crédito, principalmente por tornar acessível estes recursos a agricultores com produção predominantemente familiar. Ainda, o governo federal passou a destinar recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador para os empréstimos rurais, principalmente voltados para o PRONAF.

Do outro lado, a partir de 1994, houve um elevado aumento da dívida dos agricultores, devido ao desequilíbrio oriundo entre a correção de preços mínimos e correção da dívida (ARAÚJO *et al.*, 1999). Foi necessária a implantação de um sistema de securitização e um Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Apesar disso, o endividamento dos produtores tornou-se uma barreira muito forte ao autofinanciamento do setor rural, necessitando de uma política creditícia mais eficiente. Em agosto de 1995, os valores dos empréstimos rurais inadimplentes atingiram um total de 30%, sendo que a dívida rural em 2005 ainda não tinha sido totalmente estruturada. No final de 2004, as amortizações vencidas da dívida reestruturada já totalizavam R\$ 3,8 bilhões, ou seja, mais de 17%⁴ (OCDE, 2005).

Já no início dos anos 2000, com a situação econômica mais estável, o volume de crédito rural aumentou gradativamente e houve melhor distribuição do

crédito, principalmente de custeio, entre os produtos exportáveis e de consumo interno. Além disso, houve uma maior absorção do crédito pelas outras regiões do país, como o Centro-oeste, devido à expansão da atividade agropecuária, principalmente das lavouras de soja, milho, cana-de-açúcar e café e a criação de aves, suínos e bovinos de corte. Mas, ainda o crédito permanece concentrado nos estados da região Sul e Sudeste, representando cerca de 70% do volume de recursos em 2010.

No entanto, novas formas de financiamento para a agropecuária surgiram, principalmente, privados como forma de incorporar os investidores urbanos na atividade rural para aumentar a disponibilidade de capital de giro e diminuir a pressão sobre os recursos públicos, os quais não eram suficientes para atender toda a demanda por crédito rural.

Através da Lei nº 11.076 de 30 de Dezembro de 2004, foram instituídos os novos títulos de financiamento para o agronegócio: Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

No entanto, poucos produtores têm conhecimento destes instrumentos de crédito, gerando uma assimetria de informação quando ao funcionamento deste mercado privado. Outro entrave são os encargos financeiros elevados e as garantias exigidas. Desta maneira, percebe-se a elasticidade da demanda de crédito rural, devido, principalmente, a assimetria de informação, necessitando de um sistema de crédito mais eficiente e um acesso a informações mais claro e objetivo, que auxilie o produtor na tomada de decisão.

Com o surgimento de novas formas de financiamento e uma economia mais estável, a agropecuária demandou em 2003 um total de R\$ 110 bilhões na forma de crédito para suas atividades, sendo que o sistema oficial concedeu apenas 28% deste total, sendo a maior parte destinada ao crédito de custeio. O restante foi fornecido por financiadores nacionais e internacionais, de fontes privadas, não-bancárias (OCDE, 2005), comprovando a ineficiência do sistema e de outro lado a maior participação do setor privado na atividade, diminuindo a pressão sobre as contas do governo.

ii. Política de crédito voltada para a pecuária

A aptidão brasileira do agronegócio está voltada mais para os produtos de origem vegetal, principalmente pela produção de grãos. O desempenho das atividades que compõem a agricultura e a pecuária são muito heterogêneo. Em relação ao crédito rural, historicamente, os segmentos da agropecuária não têm recebido equitativamente os benefícios desta política, conforme demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1. Participação dos valores disponibilizados e do número de contratos em relação ao total, de acordo com a finalidade e atividade, em porcentagem, de subperíodos pré-estabelecidos, de 1969 a 2010

Finalidade da Atividade	1969-1986		1987-1995		1996-2004		2005-2010	
	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato
Custeio Agrícola	46,3	58,2	63,7	72,3	52,3	60,0	45,1	40,9
Custeio Pecuário	6,1	6,5	4,6	4,0	10,8	7,9	12,2	9,5
Custeio	52,4	64,7	68,4	76,3	63,1	67,9	57,2	50,4
Investimento Agrícola	13,5	13,9	10,4	9,3	10,9	8,8	12,1	11,6
Investimento Pecuário	10,6	8,8	4,5	8,2	9,8	21,6	11,0	35,9
Investimento	24,1	22,7	15,0	17,4	20,7	30,4	23,1	47,4
Comercialização Agrícola	18,0	5,5	16,2	6,2	13,5	1,1	15,4	1,5
Comercialização Pecuária	5,6	7,1	0,4	0,1	2,6	0,6	4,3	0,7
Comercialização	23,6	12,6	16,6	6,3	16,1	1,7	19,7	2,2
Crédito Agrícola	77,7	77,6	90,4	87,8	76,8	69,9	72,6	53,9
Crédito Pecuário	22,3	22,4	9,6	12,2	23,2	30,1	27,4	46,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: CASTRO (2008) e Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN). Elaboração própria do autor.

Nota-se uma grande variação da disponibilidade de crédito ao longo destes 41 anos. Desde o início do Sistema Nacional de Crédito Rural, os recursos foram destinados mais a produção vegetal do que animal. Esta diferença permanece até os dias atuais, porém, percebe-se um pequeno aumento da proporção destinada à pecuária. Em relação às finalidades, a forma de custeio predomina perante as duas outras modalidades, investimento e comercialização, na visão total. Porém, na pecuária, não pode inferir que sempre o custeio da atividade predominou.

Nas décadas de 70 e 80, do volume total de recursos aplicados do crédito rural, 10,6% destinaram a aplicação de recursos para a modernização e ampliação da produção animal. São investimentos aplicados na ampliação e melhora de

pastagens e instalações, no caso da bovinocultura e da avicultura, respectivamente, aquisição de novas máquinas e equipamentos e início da industrialização de alguns produtos de origem animal, impulsionados principalmente pelo conceito da Revolução Verde, que predominou nesta época. Do lado da agricultura, neste mesmo subperíodo grandes quantidades de recursos foram destinadas para investimentos na produção vegetal. CARRER *et al.* (2007) descrevem que a utilização dos recursos foi centrada na finalidade de investimento devido a própria característica intrínseca da atividade, baseada no suporte forrageiro dos rebanhos em pastagens tropicais semiperenes, em que a duração média de vida útil excede vários anos.

De 1987 a 1995, a pecuária perdeu participação no volume de recursos, principalmente pela restrição ao crédito de investimento, voltando a ser representativo a partir de 1996 a 2004, quando a economia voltou a estimular a produção animal, principalmente pelo aumento das exportações e da valorização do preço da carne. A finalidade de comercialização permaneceu no mesmo ritmo desde o início do sistema, mesmo após a maior integração do setor produtivo com a cadeia agroindustrial. Atualmente, percebe-se que os recursos permanecem mais voltados para a agricultura, porém, na pecuária pode-se inferir uma menor concentração em poucos contratos, já que 46,1% de todos os contratos foram destinados a atividade animal. A título de comparação, o valor médio de um contrato da pecuária em 2010 foi de R\$ 24.049,00, considerando as três finalidades de aplicação. Já para a agricultura, o valor médio de um contrato foi de R\$ 44.110,03, quase o dobro do valor médio do contrato da pecuária.

Segundo Silva Neto *et al.* (2011), a evolução do crédito rural voltada para a pecuária pode ser dividida em três etapas, sendo elas: período de crescimento entre 1969 a 1979; declínio seguido de estagnação entre 1980 a 1996; e retomada do crescimento a partir de 1996.

Com taxas de juros extremamente baixas, a década de 70 foi o auge da concessão de crédito rural no Brasil. Os recursos destinados a pecuária em 1969 somavam aproximadamente R\$ 4 bilhões em valores constantes de reais, chegando a quase R\$ 45 bilhões no final da década. Foi neste período que se iniciou a modernização da pecuária, principalmente a de bovino de corte. Nesta década foram implantados programas de crédito subsidiados, como o Conselho de

Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), o Programa Nacional de Pastagens (PRONAP) e o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (PROPEC). Todos estes programas tinham como objetivo a criação de uma infraestrutura nas propriedades rurais para estimular o desenvolvimento da atividade bovina e ovina (PINAZZA & ALIMADRO, 2000).

Segundo CARRER *et al.* (2007), existem fortes evidências que em meados da década de 70, os financiamentos concedidos corresponderam à ocupação da fronteira agrícola representada pelo Centro-Oeste, através da implantação desses programas de incentivo ao aumento da produtividade das regiões do cerrado brasileiro. A participação relativa do volume total de crédito aplicado no Centro-Oeste passou de 8,43% em 1969 para 14,56% em 1979.

Neste processo de modernização da agropecuária nacional, observou-se a disseminação do uso de novas técnicas de produção e o uso de insumos na propriedade, como por exemplo, sais minerais, vacinas e medicamentos, adubos, calcário, entre outros. Houve também maior controle zoonosológico nas propriedades, apesar da ocorrência de alguns surtos sanitários ainda, como a febre aftosa. Outro fator observado foi o acréscimo de mais de 138 mil novos tratores, além de outros recursos diretamente correlacionados a tecnologia (POLAQUINI *et al.*, 2006). A política de crédito rural nesta fase favoreceu o processo de substituição de importações na área mecânica, na área química de insumos e na área de genética animal, pela importação de novas raças e linhagens.

No entanto, durante esta primeira fase, apenas 6% das propriedades rurais tiveram recursos para modernizar a produção. Poucos produtores tinham efetiva capacidade ou estímulo para realizar investimentos em implantação de pastagens, aquisição de animais melhorados geneticamente e adequação do sistema de produção às exigências impostas pelo novo mercado.

O segundo período, caracterizado pela demanda muito superior à arrecadação de recursos para o financiamento rural, impôs limites e restrições ao financiamento pecuário. Houve o esgotamento do sistema de financiamento da atividade rural, intensificando o processo de estruturação de um novo modelo de financiamento da agropecuária. Para todas as culturas vegetais e criações animais, pode-se perceber a redução do crédito de custeio pelo aumento das taxas de juros e a eliminação do abono de subsídios para fertilizantes. Além disso, todas as regiões

apresentaram redução no volume de recursos aplicados. Segundo Silva Neto *et al.* (2011), a média anual dos recursos aplicados na pecuária entre 1980 e 1996 reduziu para R\$ 2,2 bilhões, enquanto no primeiro período era de R\$ 10,3 bilhões.

A retomada do crescimento a partir da consolidação do Plano Real possibilitou inversões cada vez maiores nas atividades já tradicionais, como a bovinocultura, avicultura e suinocultura, e em novas criações, principalmente avanços na caprinocultura, ovinocultura e até no fornecimento de crédito para criação de animais silvestres. Nesta fase, foram observadas mudanças no padrão de consumo dos brasileiros, como por exemplo, os alimentos pré-prontos e congelados, estimulando a criação de animais em sistema confinados, como aves e suínos. Além disso, com a intensificação da participação do Brasil no comércio internacional de alimentos, as unidades produtoras tiveram que realizar algumas mudanças no processo produtivo para atender as novas exigências do mercado, demandando recursos para investir nas adaptações.

Como observado desde a primeira fase, as regiões Sudeste e Sul receberam grande volume dos recursos. Porém, houve consolidação do Centro-Oeste na obtenção de crédito voltada para a pecuária, devido a expansão da bovinocultura de corte, da avicultura e suinocultura nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, pela expansão da produção de grãos, principalmente milho e soja, nestes mesmos estados. Sul, Sudeste e Centro-Oeste responderam por cerca de 90% do destino do volume total dos recursos disponibilizados em 2010.

Quanto a finalidade de aplicação dos recursos, pode-se observar na Figura 2 que a tanto custeio quanto investimento recebem a maior parte dos recursos. Em relação ao custeio da atividade no Brasil, predomina-se o fomento da criação animal, principalmente das atividades principais, como bovinocultura de corte, de leite e mista, suinocultura e avicultura de engorda. A partir de 2003, aumentaram o volume de recursos para outras atividades pecuárias extensivas, como a ovinocultura e caprinocultura. O beneficiamento e a industrialização também são pontos-chave para o desenvolvimento da pecuária brasileira, como forma de agregar valor ao produto primário e gerar mais empregos na economia. Destaca-se, principalmente, o custeio de laticínios, processamento de suínos e de carne bovina e de pescados.

Outro destino dos recursos de custeio é a reforma de pastagens, observando grande aumento da área financiada a partir de 1996. No entanto, houve maiores investimentos em formação e restauração de pastagens, principalmente devido a expansão da fronteira agropecuária para os estados do Centro-Oeste e Norte, como em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Tocantins e Pará, respectivamente, e a reforma de áreas com suporte forrageiro de baixa qualidade em regiões mais tradicionais, como no Sudeste e Sul, tornando-se um entrave ao aumento da produtividade das propriedades pecuárias.

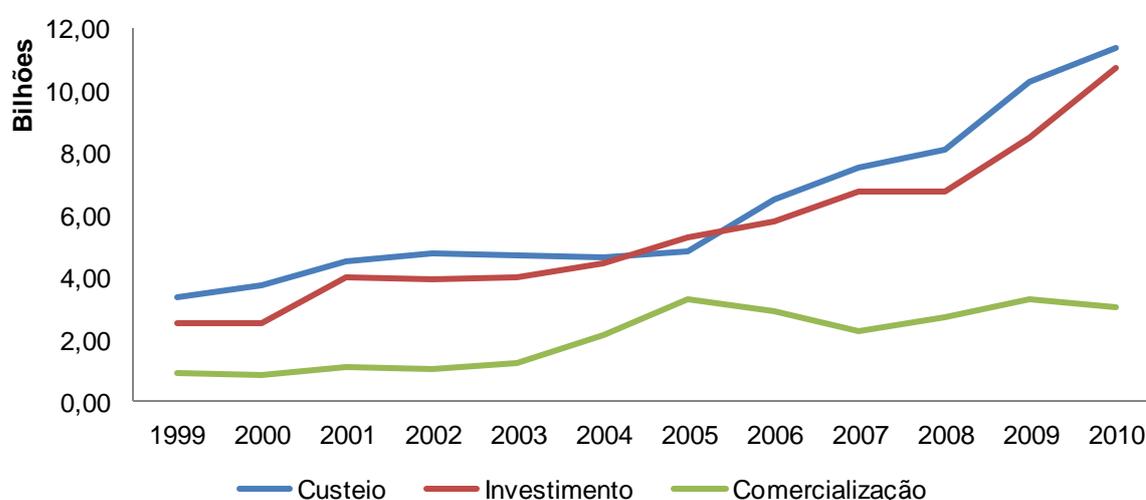


Figura 2. Finalidade de aplicação do volume total de recursos disponibilizados para a produção animal, em valores reais de R\$ bilhões, a partir de 1999.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2011). Elaboração própria do autor.

Outro ponto a ser observado é a diversificação da quantidade de aquisição de diferentes espécies. Notadamente, grande volume de recursos é destinado para a aquisição de bovinos, principalmente matrizes de leite e de corte, o que já é esperado devido ao grande valor monetário de cada exemplar. Da mesma maneira, é observado para as outras duas atividades de grande relevância nacional, a suinocultura e a avicultura, principalmente na compra de avozeiros para engorda e matrizes de suínos com maior aptidão para prolificidade. Porém, é interessante observar o aumento no volume de recursos e no número de contratos para a aquisição de caprinos, ovinos e eqüinos a partir de 2003, demonstrando o desenvolvimento de outras criações como formas alternativas, já que são mercados que crescem cada vez mais no cenário nacional.

Por último, quanto a comercialização, houve aumento do montante de recursos a partir de 2004, principalmente devido a implantação da Resolução nº 2.896 de 24 de outubro de 2001 referente a CPR Física do Leite, como medida de venda antecipada do produto. Em 2003, foram realizados 8 contratos no valor total de R\$ 5.902.000,38. Em 2004, foram realizados 8.194 contratos de CPR-Leite no valor de R\$ 539.747.454,76, expansão de 9.000%. Outras modalidades de comercialização são: pré-comercialização, Empréstimo do Governo Federal (EGF), Adiantamento a Cooperativas e Produtores com Entrega na Venda, Desconto de Nota Promissória Rural e Duplicata Rural e Linha Especial de Crédito (LEC).

Em relação ao estado do Paraná, pode-se observar grande semelhança com o observado em todo o país, conforme na Figura 3. Investimento e Custeio são as principais finalidades dos recursos aplicados na produção animal no estado. As principais atividades custeadas são: engorda de aves para abate, produção de ovos, criação de bovinos para a produção de carne e de leite, criação de peixes em tanques, produção de casulos do bicho-da-seda e criação de suínos para o abate. A criação de ovinos é uma das atividades em expansão, sendo que em 2003 foram destinados R\$ 84.527,85, chegando a R\$1.231.648,70 em 2010.

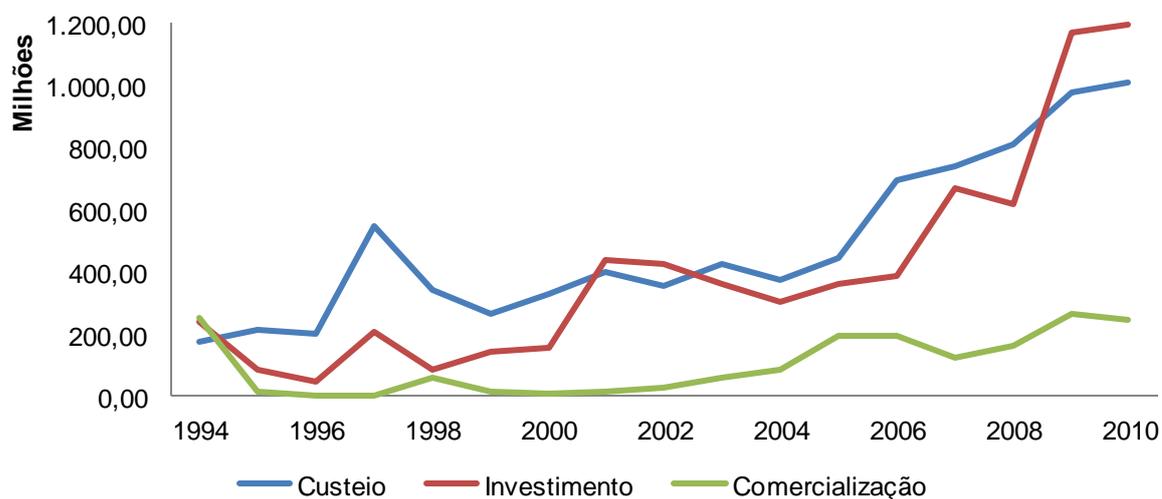


Figura 3. Finalidade de aplicação do volume de recursos disponibilizados para a pecuária paranaense, em valores reais de R\$ milhões, a partir de 1994.

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2011). Elaboração própria do autor.

Vale destacar, também, o montante custeado no beneficiamento e industrialização de laticínios e de suínos, mostrando que grande parte da produção

primária do estado é processada no próprio estado, agregando valor e distribuindo a outros estados e países.

Perante a finalidade de investimento atuante no estado, a aquisição de animais esteve concentrada mais na produção de carne e de leite bovino, principalmente de matrizes com grande potencial genético, suínos e aves. Assim como no custeio, foram relevantes os recursos investidos em ovinos e caprinos no estado. Quanto a infraestrutura, a modernização de granjas avícolas e suínas e a compra de novos equipamentos para ambas as atividades demonstram a relevância das duas atividades na geração de divisas e comprova a manutenção de um crescimento sustentável da atividade, pelo aumento de recursos investidos em tecnologia para a melhora dos índices produtivos e os ganhos em escala de produção. A construção e a reforma de armazéns, depósitos, galpões, paiol, silos, entre outros são investimentos secundários para manter o ritmo da atividade, principalmente no armazenamento de insumos, garantindo disponibilidade de alimentos durante todos os meses do ano, sem sofrer influência de variáveis climáticas.

Na finalidade de comercialização, os empréstimos do Governo Federal (EGF) estão distribuídos nas atividades de comercialização de casulos secos de bicho-da-seda e nos derivados lácteos, como leite condensado, leite em pó integral, leite longa vida e queijos. Além disso, prevalece os recursos disponibilizados para a comercialização de leite nas outras modalidades, como no desconto de NPR e DR. Ao todo, em 2010, somaram-se R\$ 243.580.129,09 como crédito de comercialização no Paraná.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é a análise interpretativa de dados secundários, principalmente do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil. Além disso, dados estatísticos e informações relevantes foram extraídos de outros órgãos de pesquisa nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), entre outros.

As séries de dados relativas ao valor de recursos disponibilizados para o crédito agropecuário foram deflacionadas pelo índice IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade interna), já que este considera variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro.

Para a análise de cada atividade pecuária foram utilizados os dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, a partir de 1999 até 2010. Foram usadas apenas as informações que correspondiam diretamente a atividade em questão, não englobando investimentos indiretos, os quais não estão especificados no relatório a qual cultura pertence. No entanto, vale destacar que os investimentos indiretos, como em cercas, currais, galpões, entre outros, são importantes para o desenvolvimento de cada criação, principalmente por fornecer suporte ao manejo das atividades da criação.

Por último, foram realizadas análises simples de correlação entre o volume de crédito disponibilizado para cada atividade e parâmetros que demonstram o desempenho de cada uma, como número de abates inspecionados, produção em toneladas, valor bruto da atividade, entre outros. Estas informações foram recolhidas de associações de criadores, sindicato de criadores e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná.

6. RESULTADOS

O crescimento médio anual do Valor Bruto da Produção paranaense de 1997 a 2010 foi de 4,95%, com crescimento total em 2010 de 69,36% em relação ao observado no ano de 1997. Em 2010, a agricultura foi responsável por mais de 50% do VBP total, seguido por pecuária (41,47%) e pela produção florestal (7,23%). Porém, conforme observado na Figura 4, a produção animal é a que apresenta maior estabilidade ao longo destes anos, apresentando crescimento em quase todos os anos, com exceção de 2005 e 2006.

Em 1997, quando se deu início a pesquisa do VBP da agropecuária pelo IPARDES, o VBP da pecuária foi de R\$ 3.298.552.568,77. Em 2010, este valor foi de R\$ 18.368.246.227,74, representando um crescimento total de mais de 85%,

maior desempenho entre as três atividades primárias. Este crescimento está sustentado principalmente pela consolidação da avicultura de corte, da suinocultura e da bovinocultura de corte e mais recentemente pela atividade leiteira (SEAB, 2010). A avicultura é a que apresenta um crescimento mais constante, justamente pela estabilidade da produção e do preço do frango ao longo desses anos, diferentemente da produção de carne bovina e suína, que sofrem interferência de clima e do ciclo pecuário, no caso da primeira, e de associação com algumas doenças, como a gripe suína, em relação à segunda.

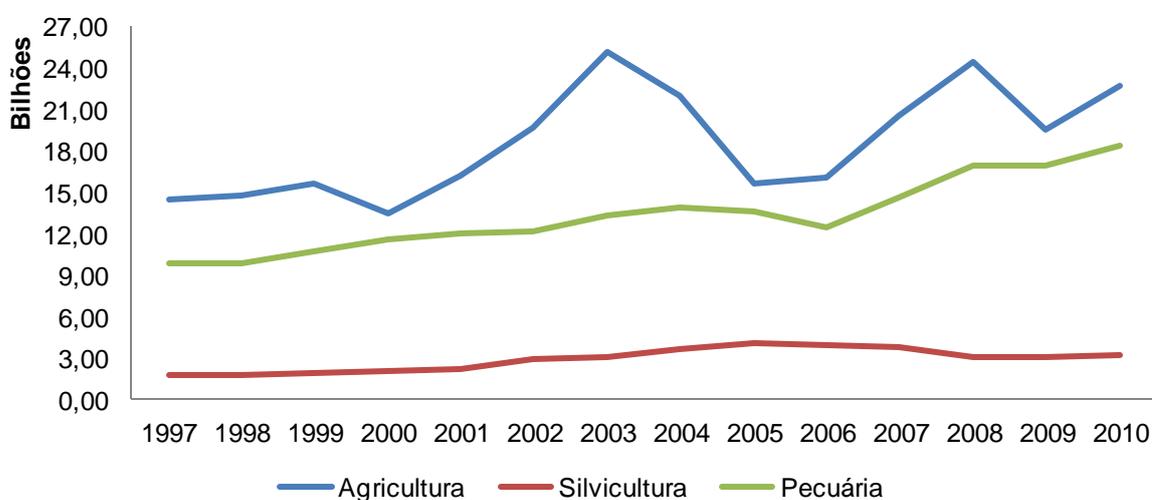


Figura 4. Valor Bruto da Produção (VBP), em valores reais de R\$ bilhões, de acordo com a atividade agropecuária realizada no estado do Paraná, a partir de 1997 até 2010.

Fonte: IPARDES (2011). Elaboração própria do autor.

As principais regiões pecuárias do estado, de acordo com o VBP da pecuária do IPARDES, foram sempre as mesorregiões Oeste, Sudoeste, Norte Central e Noroeste, correspondendo a mais de 70% do valor bruto da produção. São regiões destacadas pela produção de grãos e por conseqüência pela criação de animais em sistemas intensivos, utilizando estes grãos como ração.

Para que este desempenho fosse possível, foram necessários fontes de recursos para custear, investir e comercializar a produção. Um das fontes é através do sistema de crédito rural, como meio de financiamento de recursos a taxa de juros acessíveis aos produtores, abaixo do praticado em outras modalidades de crédito. Realizando análise de correlação entre o VBP da pecuária e o volume total de recursos disponibilizados para as três finalidades encontra-se, no período de 1997 a

2010, coeficiente de correlação alto (0,89), positivo e favorável, ou seja, que parte do desempenho da produção pecuária paranaense é devido a disponibilidade de crédito para manter e expandir a produção, principalmente pelo aumento no número de abate de animais.

Em 2010, o volume de crédito voltado a pecuário foi equivalente a 13,32% do valor bruto da produção desta atividade, diferentemente ao observado no início da série em 1997, quando o volume de crédito correspondia a 7,6% do valor bruto da produção. Houve um gradativo crescimento do crédito, principalmente observado a partir do ano de 2005. Pode-se inferir que este aumento está associado principalmente a finalidade de investimento, conforme observado na Figura 3, já que a partir deste ano houve maior estabilidade do preço dos produtos pecuários e aumento da demanda por produtos de origem animal, principalmente puxado pelo crescimento das exportações, estimulando a entrada de novos produtores e expansão das criações já existentes.

Um exemplo de grande inversão de recursos é a avicultura, principalmente pelo aumento do abate inspecionado e conseqüente exportação. Na Figura 5, pode-se observar a relação existente entre o volume de crédito disponibilizado diretamente para a avicultura e o número de abates inspecionados no estado do Paraná. O aumento do crédito rural voltado para a avicultura, principalmente destinado para a finalidade de custeio da atividade e investimento em aquisição de animais e melhoria das granjas avícolas, influenciou no aumento dos abates inspecionados, já que o empréstimo de recursos exige uma contrapartida dos recursos aplicados, ou seja, a produção e o abate inspecionado.

Apesar de a criação ocorrer principalmente em pequenas propriedades, esta atividade está totalmente desvinculada da criação de subsistência ou da criação “caipira de frango”. Toda a cadeia está organizada e estruturada por empresas integradoras, que garantem a compra das aves, mediante parceria da agroindústria que fornece o pinto de um dia para o produtor, os insumos, como ração e medicamentos, e a assistência técnica de manejo alimentar, sanitário e das instalações, visando o melhor resultado dos índices zootécnicos de peso médio de abate, sobrevivência do lote, idade ao abate e taxa de conversão alimentar. Todo o processo é planejado e realizado visando a melhoria da produtividade pelos produtores rurais e qualidade do produto final. No Paraná, observa-se também o

aumento de propriedades de grande porte, com a utilização de alta tecnologia e sistema de automação (ZANATTA, 2000).

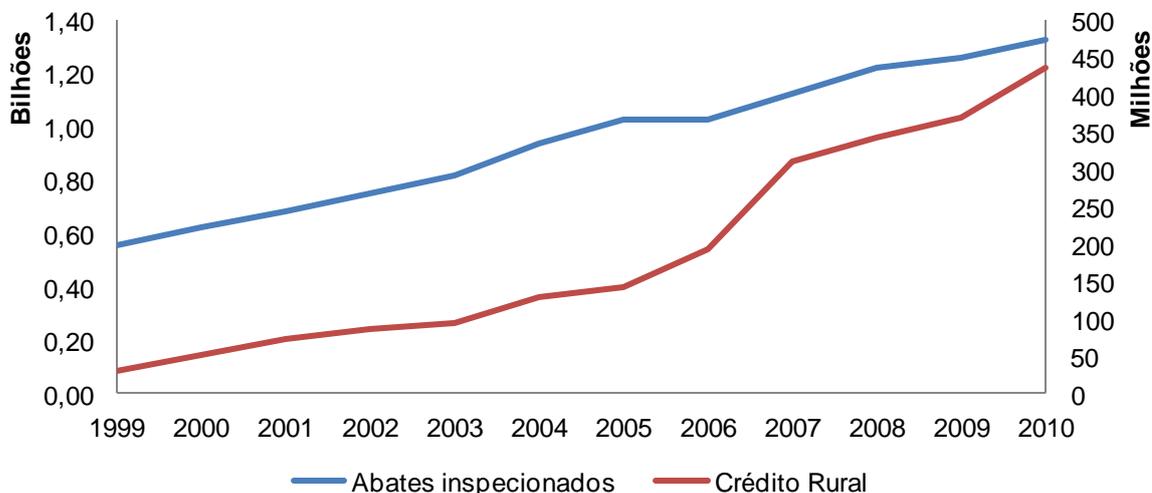


Figura 5. Dinâmica dos abates inspecionados, em bilhões de cabeças, e do crédito rural destinado à avicultura, em R\$ milhões, no estado do Paraná, de 1999 a 2010.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN), Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e SindiaVIPAR (2011). Elaboração própria do autor.

Outra atividade de grande importância para geração de divisas no estado é a suinocultura. Realizada também em predominância em pequenas propriedades, de forma industrial, a cadeia produtiva de carne de suína influencia outras cadeias produtivas, como a do milho, da soja e do melhoramento genético dos animais. Conforme a Figura 6, apesar de sofrer pequenas variações ao longo dos anos, a produção de carne suína cresce a uma taxa média anual de 8%, principalmente por investimentos em genética, nutrição e especialização do produtor quanto ao manejo, que trazem ganhos na produtividade dos animais em relação ao peso ao abate dos animais (SEAB, 2011).

A principal finalidade do crédito rural voltado a suinocultura paranaense é o custeio da atividade, correspondendo sempre mais de 50% dos recursos, na compra de insumos e pagamento de outras despesas e no beneficiamento da carne em agroindústrias, na qual, o objetivo é agregar valor a matéria-prima. Porém, observa-se grande inversão de recursos na melhoria das granjas suínas a partir do ano de 2002, principalmente na tecnificação das granjas por aquisição de novos equipamentos e utensílios. Assim, apesar de haver aumento nos recursos aplicados na atividade, nota-se que o desempenho não foi satisfatório, principalmente pela

volatilidade dos preços pagos aos produtores pelo animal e o preço dos insumos utilizados na ração animal, como milho e soja, que juntos determinam a lucratividade da atividade. Por outro lado, crescem as exportações brasileiras de carne suína, o que torna um estímulo a contratação de crédito para investir nesta atividade, o que provavelmente está ocorrendo no cenário atual.

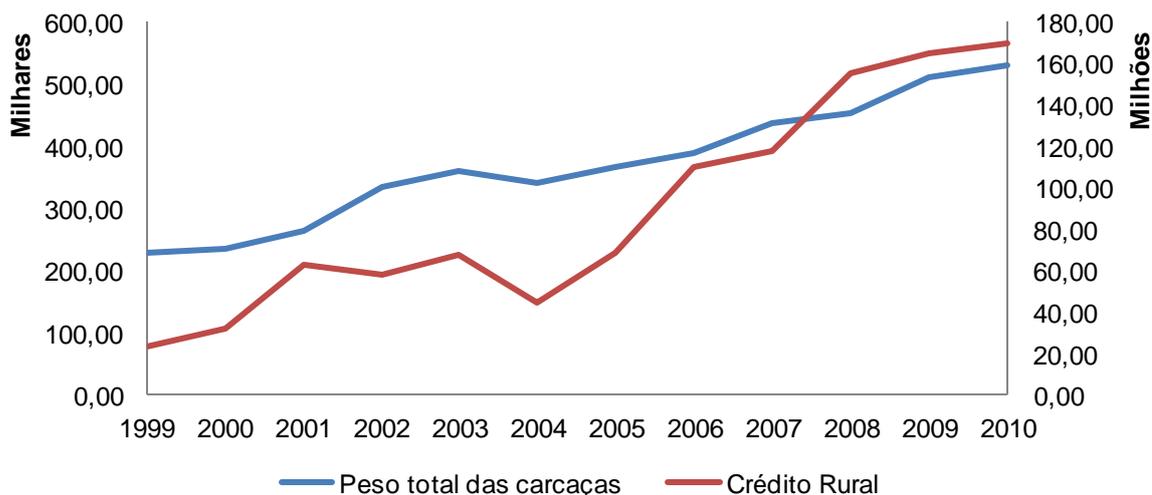


Figura 6. Dinâmica da produção total das carcaças de suínos, em milhares de toneladas, e volume de crédito rural destinado diretamente para a suinocultura, em R\$ milhões, no estado do Paraná, a partir do ano de 1999.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN), Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e APS (2011). Elaboração própria do autor.

De grande relevância ao estado, a sericicultura paranaense é a maior do país, representando mais de 90% da produção de casulos do país e do destino dos recursos aplicados nesta atividade. Observa-se ao longo dos anos (Figura 7) redução da quantidade de casulos produzidos, ocasionada principalmente pela redução de produtores, de 7.037 em 2004 para menos de 4.000 produtores em 2010, e pela redução pela metade da área de amoreira destinada a esta atividade, de 2004 a 2010 (SEAB, 2011).

Nota-se pelo gráfico que há uma relação inversa entre o crédito rural e o desempenho da atividade a partir de 2005. Grande parte da produção paranaense é destinada ao mercado externo, o que explica o comportamento da atividade. A forte competição com a seda chinesa, a política cambial desfavorável a exportação e o aumento dos custos de produção pelo encarecimento da mão-de-obra foram um dos principais fatores pelo desestímulo a atividade, necessitando de recursos para suprir

a cadeia produtiva (SEAB, 2011). A expansão do crédito rural a partir de 2005 foi baseada nos novos mecanismos de comercialização, sustentando a cadeia produtiva. Recentemente, somente uma empresa de fiação permanece no país com as atividades e o crédito tornou-se determinante para manter as atividades.

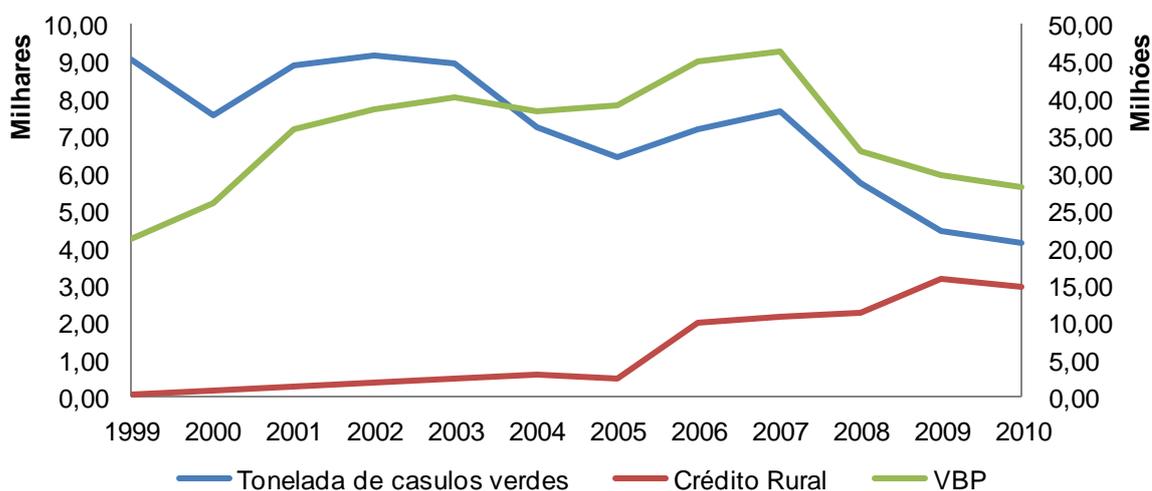


Figura 7. Dinâmica da produção de casulos verdes, em toneladas, do valor bruto da produção da sericultura, em R\$ milhões, e do volume de recursos do crédito rural voltada a esta atividade, em R\$ milhões, no estado do Paraná, a partir de 1999.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN) e Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB). Elaboração própria do autor.

O estado do Paraná, ainda, se destaca pela produção de leite, sendo o terceiro maior produtor nacional, correspondendo a 16,5% da produção em 2010, ficando atrás de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul (IBGE, 2011). A produção paranaense está localizada principalmente nas regiões Centro Sul e Oeste do estado, com a ação de grandes empresas e cooperativas na captação do leite nas propriedades. Apresenta alta eficiência e produtividade, em sistemas de confinamento total e semi-confinamento altamente desenvolvidos, com alta escala de produção, advindas de programas de melhoramento genético, controle sanitário, manejo, alimentação e capacitação técnica profissional aplicados em meados da década de 90.

O crédito para esta atividade sempre foi importante, principalmente quanto ao aspecto de aquisição de novos animais, em grande volume em matrizes de raças especializadas e com maior produtividade, como a Holandesa, e na comercialização da matéria-prima, posteriormente, principalmente pela instabilidade

dos preços pagos ao produtor. Na série apresentada na Figura 8, denota-se relação positiva entre o aumento da produção com o volume de crédito destinado a esta atividade. O índice de correlação foi de 0,95, representando a dependência de financiamentos para o desenvolvimento da atividade. A aplicação de recursos nesta atividade pode ser observada também no aumento gradual da produtividade das vacas e do aumento do número destas ordenhadas.

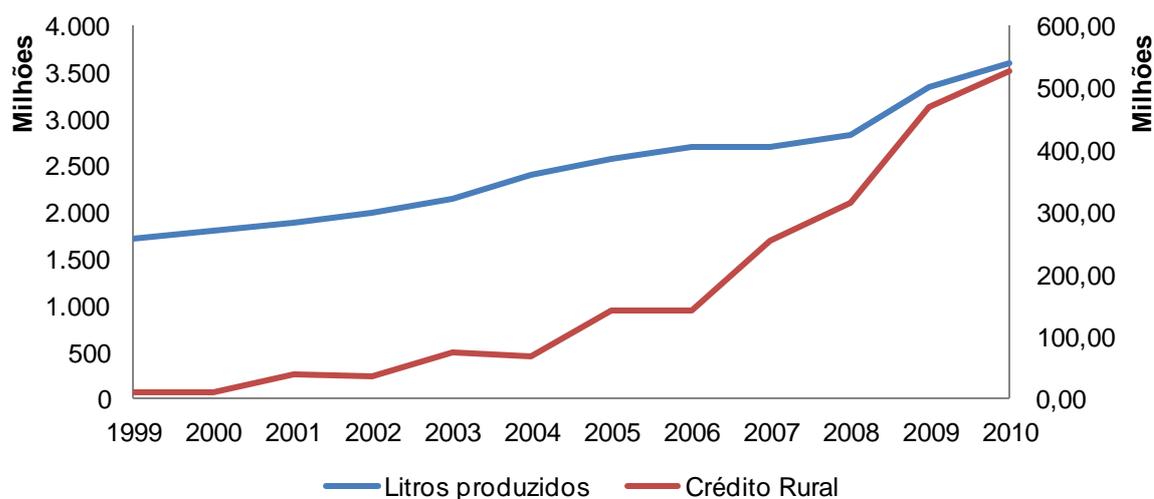


Figura 8. Dinâmica da produção de leite, em milhões de litros, e do volume de recursos do crédito rural voltada a bovinocultura leiteira, em R\$ milhões, no estado do Paraná, a partir de 1999.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN), Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e Produção da Pecuária Municipal (IBGE). Elaboração própria do autor.

Estabelecida em 2002, a Instrução Normativa nº 51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) determinou regulamentações técnico-produtivas e obrigou a necessidade de equipamentos para a refrigeração do leite nas propriedades rurais, principalmente de tanques de resfriamento. Pela Figura 8, nota-se que a partir de 2002 o volume de crédito iniciou uma maior expansão, baseada na necessidade de adaptação das propriedades para atender a nova instrução normativa. Muitos produtores precisaram de fontes externas para realizar as implantações dos equipamentos. Outro aspecto tecnológico e de qualidade do produto final é a implantação de sistemas de ordenha mecanizados e automatizados, que comumente são de elevado valor financeiro, necessitando de empréstimos e financiamento para a aquisição destes equipamentos.

Outro ponto importante a ser destacado é que a produção de leite sempre permaneceu crescente apresentando em alguns anos taxas de crescimento expressivas, como em meados de 2008, em que esta expansão foi devida aos investimentos realizados a partir de 2006, observados pelo grande aumento de recursos de crédito nesta data e das condições climáticas favoráveis. Porém, cabe destacar que apesar de os produtores estarem mais capitalizados, pela melhoria dos preços pagos aos produtores, pela instauração do Conseleite, estes continuaram com a utilização dos recursos do crédito rural.

A área de pastagens financiada para a produção de leite variou ao longo dos anos analisados. De uma média de R\$240,00 por hectare, em 1999, o valor chegou a R\$780,00 por hectare, em 2009, podendo inferir que houve uma maior inversão de recursos para a renovação e manutenção de pastagens, e conseqüentemente, no fornecimento de alimento para estes animais. De outro lado, nota-se um encarecimento nos custos para manutenção das áreas verdes para alimentação do gado leiteiro, principalmente na estação do verão.

Por último, a atividade de produção de carne bovina também é fundamental para a geração de dívidas no estado. Em 2010, o número de abates subiu 11% e o VBP teve alta de 18% em relação a 2009, gerando R\$2,2 bilhões. A produção é caracterizada por propriedades de diversos níveis tecnológicos e sistemas de criação, abatendo animais em diferentes idades. A atividade está mais concentrada na região noroeste paranaense, com cerca de mais de 20% da quantidade de cabeças (SEAB, 2011).

Nota-se ainda no estado uma divisão da atividade, apresentando dois eixos principais, a da região norte e da região sul. Segundo Mezzadri (2007), na região norte há a predominância de rebanho geneticamente melhorados e com maior grau de tecnificação. Do outro lado, na região sul, observa-se produtores menos tecnificados, com rebanhos menos eficientes e menos investimentos por parte dos pecuaristas. Esta diferença é notável principalmente pela composição das pastagens em cada região e a raça utilizada, sendo zebuínas mais usadas no norte e de origem européia no sul.

Juntamente com a pecuária leiteira, a bovinocultura de corte demanda a maior parte dos recursos disponibilizados pelo sistema nacional de crédito rural. Os recursos são destinados em grande parte para a aquisição de animais para a

engorda e melhora da qualidade genética, pela compra de matrizes e bezerros, e para o custeio da própria atividade. O índice de correlação para esta atividade foi de 0,39, representando baixa influência do crédito no abate. Provavelmente esta baixa correlação está relacionada com as diferentes alternativas de comercialização do produto e com a capacidade de capitalização dos produtores.

Conforme observado na bovinocultura leiteira, o custo de financiamento das pastagens sofreu gradual aumento, porém em menor escala. Provavelmente, grande parte destes recursos é aplicada na região norte, já possui maior nível de tecnificação e, desta maneira, necessitam melhorar a qualidade das pastagens, para suportar uma maior lotação por área.

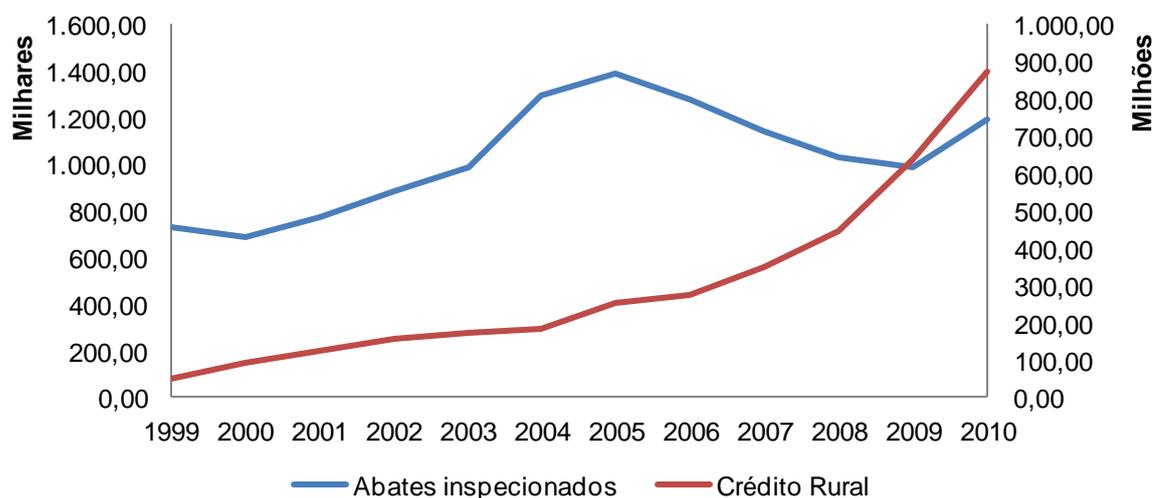


Figura 9. Dinâmica do abate inspecionado, em milhares de cabeças, e do volume de recursos do crédito rural voltada a bovinocultura de corte, em R\$ milhões, no estado do Paraná, a partir de 1999.

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN), Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) e SINDICARNE (2011). Elaboração própria do autor.

Conforme observado nas cinco atividades descritas acima, sabe-se que o crédito rural possui um papel fundamental para a expansão da atividade pecuária no estado. É possível observar relações favoráveis também em outras atividades que vem ganhando destaque, como a ovinocultura e a piscicultura, em que o volume de crédito de custeio e de investimento aumenta gradualmente, favorecendo a consolidação destas atividades no estado.

7. CONCLUSÃO

Apesar das falhas e dos entraves observados ao longo dos 45 anos do Sistema Nacional do Crédito Rural, a disponibilidade de recursos foi fundamental para a modernização e tecnificação das atividades agropecuárias no país, principalmente na década de 70, período de maior inversão de recursos para estas atividades. Com o esgotamento na década de 80, houve uma preocupação para a busca de novas fontes de financiamento. Na década de 90, o surgimento de novas alternativas de financiamento também foi fundamental para expandir as atividades primárias no território nacional.

Os recursos aplicados na criação animal sempre foram em menor escala que a observada na produção vegetal. Mesmo com restrições, o volume disponibilizado foi necessário para a modernização e diversificação da atividade animal, principalmente pela compra de novos equipamentos e a importação de novas linhagens e raças. Além disso, para o crescimento da produção animal, foi necessário expandir para a região Centro-oeste.

O estado do Paraná apresentou mesma configuração que o observado no âmbito nacional, principalmente com enfoque em algumas atividades, como a avicultura, suinocultura, sericicultura e bovinocultura, em que foram disponibilizados investimentos para a modernização das granjas e aquisição de animais.

Por último, pode-se observar grande interferência do volume de crédito no desempenho das principais atividades pecuárias desenvolvidas no estado. O crédito teve papel fundamental na expansão da atividade, em algumas em maior proporção e em outras em menor grau, principalmente na compra de equipamentos e animais de grande potencial genético, favorecendo ganhos em produtividade.

8. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. F. C. O crédito rural e sua distribuição no Brasil. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 13, n. 2, 1983.
- ARAÚJO, P. F. C. Crédito Rural e seguro: a busca de um novo modelo. **Preços Agrícolas**, v. 14, n. 152, p.2, jun.1999.
- ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES – APS. Disponível em: <http://www.aps.org.br/>. Acesso em: 04 de outubro de 2011.
- CARRER, C. da C. et al. Alguns aspectos da política creditícia e o desenvolvimento da pecuária de corte no Brasil. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras, v. 31, n. 5, p. 1455-1461, set/out., 2007.
- CASTRO, E. R. de. **Crédito Rural e oferta agrícola no Brasil**. 2008. 112 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 05 de setembro de 2011.
- GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R.; RODRIGUES, R.I. **Financiamento da Agricultura**: experiências e propostas. Brasília: IPEA, 67 p. (Projeto BRA 97/013), 2000.
- GASQUES, J. G., VILLA VERDE, C. M., OLIVEIRA, J. A. F. G. de. **Crédito Rural e Estruturas de financiamento**. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão nº 1036).
- GUEDES PINTO, L. C. Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 19, ed. esp., p. 65-83, 1981.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 1970**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 de setembro de 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 de novembro de 2011.
- MELO, F. B. H. de. Agricultura brasileira nos anos 90: o real e o futuro. **Economia Aplicada**, v.2, n.1, p. 163-182, 1998.
- MENDES, J. T. G. & PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MEZZADRI, F. P. **Cenário atual da pecuária de corte: aspectos do Brasil com foco no estado do Paraná**. Curitiba: SEAB/DERAL/DCA, 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Análise das políticas agrícolas: Brasil**. Paris: OCDE, out. 2005. 224 p. Relatório de pesquisa.

OLIVEIRA, J. J. **O impacto da crise fiscal brasileira dos anos 80 no crédito rural: mecanismos e instrumentos alternativos de financiamento agrícola**. 1995. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Brasília – DF.

PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Novo mundo rural. **Revista agroanálises**, v.20, n.4, p.12-26, 2000.

POLAQUINI, L. E. M. et al. Transformações técnico-produtivas e comerciais na pecuária de corte brasileira a partir da década de 90. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 35, n.1, p.321-327, 2006.

SAYAD, J. **Crédito Rural no Brasil**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 1978. 93p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ – SEAB. Disponível em: <http://www.seab.pr.gov.br/>. Acesso em: 05 de setembro de 2011.

SILVA NETO, W. A. da. et al. **Evolução do financiamento rural para a pecuária e sua relação com a dinâmica regional dessa atividade no Brasil**. Goiânia: UFG/NEPEC/FACE, 2011. 24f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas; n. 24).

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CARNE E DERIVADOS NO ESTADO DO PARANÁ – SINDICARNE. Disponível em: <http://www.sindicarne.com.br>. Acesso em: 09 de outubro de 2011.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS DO ESTADO DO PARANÁ – SINDIAVIPAR. Disponível em: <http://www.sindiavipar.com.br/>. Acesso em: 01 de outubro de 2011.

SPOLADOR, H.F.S. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. 2001. 102 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

TENDLER, J. **Agricultural credit in Brazil, agency for international development**. Washington: Agency for International Development, 1969. 82p.

VASCONCELOS, M. A. GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ZANATTA, A. F. **Custos de transação da agroindústria do frango na contratualização com o produtor rural: uma análise crítica**. Curitiba, 2000. 94 f.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná.